Trabalho escravo e trabalho livre

(Origens históricas do capital)

DALE TOMICH

Tradução de LUIZA FRANCO MOREIRA

DALE TOMICH é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Nova York/Binghamton (Centro de Estudos Fernand Braudel) e autor de *Slavery in the Circuit of Sugar* (The Johns Hopkins University Press).

O propósito deste ensaio é investigar as origens do capital, considerado como uma relação social mundialmente estruturada em que a valorização é possível, através de um exame da escravidão nas Américas, do trabalho assalariado na Europa e da circulação de mercadorias em escala global. Tomadas em conjunto, estas relações são elementos cruciais nos processos históricos constituindo a formação e subsequente transformação da economia mundial capitalista. Este ensaio tenta explorar os problemas implícitos no desenvolvimento de um quadro analítico adequado para a compreensão dos processos históricos que compõem a acumulação de capital e a luta de classes em escala mundial⁽¹⁾. Aqui se enfatizam as formas de dominação necessariamente acarretadas pelo desenvolvimento histórico da produção capitalista de mercadorias. A forma específica de exploração da produção capitalista de mercadorias é tanto precedida e condicionada pela dominação política, quanto pressupõe tal dominação como parte do processo de sua reprodução. Dessa maneira, a dominação precisa ser compreendida para que se compreenda a exploração. Contudo, há um outro lado da história do desenvolvimento capitalista — as lutas dos produtores diretos contra a exploração e a dominação social e política, assim como a circulação dessas lutas — que apenas pode ser sugerido; já que a análise dessas lutas e de seu papel na transformação da economia mundial requer um exame das conjunturas políticas e das mediações políticas dessas relações que ultrapassaria o âmbito deste texto.

Num trecho bem conhecido do *Capital*, ao encerrar seu relato da gênese do capitalista industrial, Marx contrapõe analiticamente "a escravidão velada dos assalariados na Europa" à "escravidão desvelada do Novo Mundo", ao mesmo tempo em que enfatiza sua interdependência e coexistência histórica⁽²⁾. Mas esta idéia, ainda que sugestiva e inovadora, não se encontra desenvolvida. Para Marx, trabalho escravo e trabalho assalariado formam os extremos opostos da produção de mercadorias e da dominação de classe. São, ao mesmo tempo, as mais semelhantes e as mais dessemelhantes dentre as formas de trabalho social discutidas em sua obra. Contudo, o propósito desse autor não é escrever a *história* do desenvolvimento do capitalismo. Marx se interessa principalmente em expor as formas de exploração e dominação de classe veladas pela relação capital-trabalho assalariado. Em sua obra, a freqüente justaposição de escravidão e trabalho assalariado via de regra serve para iluminar as características específicas da relação capital-trabalho assalariado. Marx se preocupa primeiramente com a transformação das relações e forças produtivas na Europa, desde a cooperação simples, passando pela manufatura, até a indústria moderna. Não traz para o centro de sua atenção a economia mundial enquanto tal ou as transformações concomitantes do trabalho social no Novo Mundo. À parte algumas observações sugestivas, Marx nem examina os processos históricos concretos do desenvolvimento do capitalismo em sua relação com a escravidão, nem analisa sistematicamente a escravidão enquanto tal na economia mundial capitalista. Este ensaio se propõe a examinar justamente esta relação entre o trabalho

1 Para uma discussão mais geral dos problemas metodológicos envolvidos no exame da transição do feudalismo europeu ao capitalismo mundial, ver meu artigo "Rapporti Sociali di Produzione e Mercato Mondiale nel dibattito Recente sulla Transizione dal Feudalismo al Capitalismo", in *Studi Storici*, 3 (1980), 539-564.

2 A respeito deste ponto, ver Karl Marx, *Capital*, I, New York, 1977, p. 925.

escravo e o trabalho assalariado no processo histórico de desenvolvimento da economia mundial capitalista.

A fim de examinar a complexa relação histórica entre trabalho escravo e trabalho livre na transição do feudalismo para o capitalismo, assim como o caráter historicamente mutável do próprio capital, precisamos nos voltar para o que Marx chamou de acumulação originária do capital. Acumulação originária de capital significa acumulação através de relações sociais de produção que ainda não são capitalistas. É um processo histórico que tem por resultado a predominância da relação capital-trabalho assalariado como força organizadora da economia mundial. A acumulação originária não é a forma desenvolvida da produção capitalista, mas o desenvolvimento desta forma. De um ponto de vista histórico, é o processo de formação da economia mundial capitalista. Este processo teve uma forma na Europa, onde os produtores diretos foram expropriados dos meios de produção e as forças produtivas redistribuídas de uma classe para outra; e outra forma no Novo Mundo, onde os produtores diretos foram eles mesmos apropriados e ligados aos meios de produção, e novas forças produtivas foram criadas através da cooperação forçada.

Conceitualmente e historicamente o desenvolvimento das relações sociais do capital começa, não com a produção capitalista, mas com a mercadoria e a circulação de mercadorias. Marx escreve: "o capital pode, e deve, formar-se no processo de circulação, antes de aprender a controlar seus extremos — as várias esferas de produção mediadas pela circulação" (3). O capital se forma inicialmente enquanto circulação de mercadorias entre esferas da produção não-capitalista de mercadorias, mediando a relação entre essas esferas da produção e subordinando-as cada vez mais à troca. A história do capital, e conseqüentemente da transição para a produção capitalista, data da formação de um mercado mundial de mercadorias durante o século XVI.

"A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e a circulação destas em sua forma desenvolvida, isto é, o comércio, formam os pressupostos históricos sob os quais surge o capital. O comércio mundial e o mercado mundial datam do século XVI, e a partir daí começa a se desdobrar a história moderna do capital" (4).

Em grande parte, o mercado mundial do século XVI emergiu como mediação entre as esferas da produção não-capitalista de mercadorias na Europa e a produção da escravidão e de outras formas de trabalho sob coerção no Novo Mundo. Essa produção e troca de mercadorias foi requisito prévio para a emergência da relação capital-trabalho assalariado e oferece o ponto de partida de nossa análise. A história da acumulação originária e da transição para o capitalismo é a história do movimento que vai desses pressupostos da produção capitalista até a predominância da produção baseada na relação capital-trabalho assalariado. Vários estudiosos mostraram

Feltoria de indigo — entre nós, anil — nas Índias Ocidentais francesas. Antes da descoberta dos corantes sintéticos industriais no século passado, o vegetal foi largamente utilizado. O indigo foi um dos mais importantes produtos coloniais

3 Marx, *Capital*, III, New York, 1967, p. 328.

4 Marx, *Capital*, I, p. 247.

de que modo o feudalismo criou tanto a forma de produção de mercadorias em que o produtor retém a posse dos meios de produção quanto o mercado como forças que conduziram a sua própria dissolução. Entretanto, pouca atenção foi dedicada à maneira pela qual o feudalismo produziu também a escravidão no Novo Mundo como parte do processo de sua dissolução; ou para como a escravidão, por sua vez, contribuiu para a formação do trabalho assalariado. Assim, no contexto deste ensaio os problemas centrais serão estes: compreender como a escravidão, enquanto precondição da produção capitalista, surgiu de dentro do modo de produção feudal; e entender como a mesma escravidão contribuiu tanto para a transição para o capitalismo quanto para a ruptura com a organização anterior da sociedade. É necessário entender o papel da escravidão no Novo Mundo dentro do movimento histórico em direção à forma capitalista de produção e à emergência do trabalho assalariado, e ao mesmo tempo mostrar a relação da escravidão com o capitalismo desenvolvido.

I — O FEUDALISMO EUROPEU E OS FUNDAMENTOS DO MERCADO MUNDIAL

O mercado mundial durante o período de acumulação originária é uma unidade que abrange e ultrapassa todos os capitais particulares. Esse mercado abarca e pressupõe uma divisão internacional do trabalho compreendendo uma variedade de formas não-assalariadas da produção de mercadorias, que foram as precondições históricas para a gênese da forma assalariada⁽⁵⁾. Estas formas não-assalariadas de trabalho são expressas e mediadas pelo mercado mundial, que manifesta o caráter sistêmico do capital e do processo de acumulação como um todo, para além de qualquer capital nacional singular ou da mera soma de capitais nacionais. A transição para o capitalismo refere-se à totalidade dessas relações sociais expressas no nível do mercado mundial. É um processo global, que inclui todas as relações sociais de produção, distribuição, troca e consumo, as quais ao se desenvolverem constituem a totalidade da produção e reprodução do capital⁽⁶⁾. Ainda que a emergência da relação capital-trabalho assalariado constitua o foco da transição para o capitalismo, o âmbito do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo é definido pelo mercado mundial, e pressupõe a organização do trabalho social em escala mundial. O capital só pode se desenvolver adequadamente em escala mundial, e o trabalho assalariado emergiu como o resultado da concentração de atividades de produção e troca em certos pontos dessa rede de relações econômicas. O conjunto destes processos — não apenas as regiões onde o trabalho assalariado predomina — define e cria as fronteiras da economia mundial no espaço e no tempo.

O pensamento marxista convencional sustenta que a produção para troca não é suficiente para caracterizar o capitalismo, e que o crescimento do mercado mundial não é o fator principal da transição ao capitalismo. Não a troca, mas a "solidez e estrutura interna" do antigo modo de produção⁽⁷⁾ explicam o desenvolvimento de um novo modo de produção. Após estabelecer a validade metodológica deste *insight*, partidários desta visão reificam as categorias conceituais e revertem ao tratamento do capitalismo como um fenômeno nacional. Contudo, como propõem Baran, Frank, Amin, Wallerstein e outros, o desenvolvimento capitalista não é uma ocorrência nacional ou européia, mas deve ser entendido como um fenômeno mundial. Mais ainda, a posição convencional tem mostrado a tendência de considerar o mercado mundial como um fenômeno secundário ou periférico, e tem feito recair o foco principal da análise sobre relações de produção e capitais nacionais.

Em contraste, a linha de raciocínio seguida aqui considera dinâmico o mercado mundial nessa instância particular, porque este tanto se localiza nas relações de classe que lhe determinam a importância real, específica, como lhes dá expressão; aqui, o mercado mundial cria condições para a transição à produção capitalista durante o período de acumulação originária. Nesta perspectiva, o mercado mundial não é considerado um epifenômeno, nem abstraído como a única força dinâmica da história — um "primeiro motor" externo como no debate Dobb-Sweezy — mas é gerado, ele, propriamente dito, das contradições do modo de produção feudal. Assim, as origens do capital e da transição para o capitalismo encontram-se nas relações sociais do feudalismo. É esta especificidade que nos permite compreender a recomposição e a transformação quantitativa e qualitativa da divisão internacional do trabalho e do mercado mundial, e assim perceber o caráter que se desenvolve historicamente do próprio capital.

5 Ver Karl Marx, *Results of the Immediate Process of Production*, apêndice de *Capital*, I, New York, 1977, pp. 949-50.

6 Ver Karl Marx, *Grundrisse*, Harmondsworth, 1973, p. 278. Como Lukács enfatiza, é preciso admitir "a supremacia metodológica da totalidade face aos aspectos individuais". *History and Class Consciousness*, London, 1971, pp. 8-10.

7 Marx, *Capital*, III, p. 332.

Na perspectiva proposta aqui, o problema histórico que deve nos ocupar abrange de um lado a transformação da totalidade das relações de produção e troca numa economia mundial onde a organização direta da produção por meio do trabalho assalariado ainda não é dominante e, de outro, as condições sob as quais esta economia mundial é reconstituída através da produção capitalista propriamente dita. Com o surgimento histórico do trabalho assalariado, transformou-se a totalidade das relações sociais do capital que abarcam a economia mundial. Todas as outras formas de trabalho social passaram a se relacionar com o trabalho assalariado, seja como pressuposto, seja como consequência. A acumulação originária é, portanto, uma fase histórica no desenvolvimento da totalidade das relações sociais capitalistas. Não se repete, nem poderia ser parte da acumulação e reprodução ampliada do capital. A transição para o capitalismo é, assim, uma transição historicamente singular do feudalismo europeu para o capitalismo mundial.

Com a formação do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho no século XVI, a produção e troca de mercadorias estendeu-se: de atividade esporádica, isolada e excepcional avançou até fornecer base adequada para o desenvolvimento da relação capital-trabalho assalariado. Contudo, o mercado mundial e a divisão internacional do trabalho durante o estágio da acumulação originária não foram de maneira nenhuma antecedentes lineares da moderna economia capitalista mundial, mas derivam sua especificidade dos processos do feudalismo europeu. O mercado mundial no período de acumulação originária foi tanto caracterizado quanto condicionado pela disjunção entre as condições da produção e as da troca de mercadorias no feudalismo europeu. A predominância das formas não-assalariadas de trabalho social indica que a produção não estava sob a dominação direta do capital e que o mercado mundial e a divisão internacional do trabalho eram ambos organizados pelo capital mercantil independente⁸. A expansão da produção e troca de mercadorias nesse mercado mundial foi simultaneamente desenvolvimento do modo feudal e condição para sua dissolução.

O conceito de capital mercantil expressa a relação contraditória entre produção e troca de mercadorias dentro da ordem social pré-capitalista européia e contra esta. O trabalho permanece preso a relações sociais distintas daquelas entre trabalho assalariado e capital; e, o capital, até ser "liberado" no processo de acumulação originária, não exerce controle direto sobre o trabalho. Enquanto os produtores diretos permanecem na posse dos meios de produção e subsistência, apenas uma parte limitada do produto social toma a forma de mercadoria, e a ampliação da produção de mercadorias continua mediada, condicionada e limitada por relações sociais de produção pré-capitalistas. É nesse sentido que devem ser entendidas as censuras contra a "vocalização não-revolucionária" do capital mercantil, freqüentemente encontradas em textos marxistas. Não há algo como um imperativo categórico impedindo o capital mercantil de interferir na esfera da produção. Antes, enquanto o trabalho permanece preso a outras relações, não-capitalistas, de produção, é necessariamente limitada a capacidade de transformar a produção que tem o capital mercantil enquanto portador da relação social do capital. O capital não tem então uma relação direta e imediata com o trabalho e permanece subordinado dentro da totalidade maior das relações sociais. Não que a classe mercantil urbana fosse incapaz de controlar e transformar a produção ou de introduzir inovações técnicas; antes, relações sociais mais abrangentes limitavam o caráter e a extensão de tais esforços. O capital mercantil tinha de depender de outras classes, não-capitalistas, para controlar e disciplinar o trabalho na produção e para garantir, através do estado, a reprodução da totalidade das relações sociais que definem a existência do capital mercantil e fornecem as condições sob as quais ele opera.

Sob estas condições históricas específicas, o mercado permaneceu circunscrito por relações sociais de produção pré-capitalistas. A capacidade de o capital mercantil controlar e transformar a produção continuou restringida pela organização social de produção existente, da qual dependia o próprio capital mercantil. Este podia se expandir apenas na medida em que pudesse impor a forma da mercadoria ao produto do trabalho e interpor o mercado como elo entre os produtores. Quantitativamente, a acumulação de capital mercantil podia ocorrer através do aumento do volume da produção e troca de mercadorias, dentro dos limites prescritos pela totalidade das relações sociais. De um ponto de vista qualitativo, porém, nas relações de classe reinantes o comércio e o capital mercantil podiam se desenvolver somente

8 Idem, *ibidem*, p. 328.

através de privilégios jurídicos, monopólios, e restrições na produção e nos mercados.

"(O) exclusivismo deve ser encarado como *precondição* para o desenvolvimento do capitalismo mercantil neste estágio (...) O mercado era uma presa limitada e sua 'captura' implicava na *imposição* de um monopólio de produção e troca face ao campo e face à intromissão de cidades rivais. Enquanto o mercado dependeu da disparidade de preços entre esferas de produção nas quais os produtores não eram separados dos meios de produção e subsistência, o comércio existia somente nos interstícios do sistema, monopolizando a oferta de um conjunto limitado de bens, e era dependente de indulgência política: era 'mais uma estrutura de tributação do que uma estrutura de comércio' "(9).

Assim, o revolucionar das relações de produção não constituiu a forma preponderante de expansão do capital mercantil. Esta expansão tomou antes a forma de um aumento na proporção do produto social que tomava a forma de mercadoria, e/ou de um expandir do próprio produto social total, dentro das relações sociais existentes (por exemplo, via conquista, colonização, ou escravidão) e de um acumular de partes maiores dos excedentes comerciais já existentes através da extensão do privilégio de monopólio. Apesar da expansão da produção e troca de mercadorias no modo feudal, as relações sociais de produção pré-capitalistas do campo europeu que foram condição para o desenvolvimento pleno do capital mercantil ao mesmo tempo constrangiam sua expansão. O capital mercantil podia usar monopólios e privilégios para se desenvolver dentro dos limites desta ordem, mas não podia transcendê-la.

A posição especial e o desenvolvimento dinâmico da cidade como esfera corporativa urbana autônoma no feudalismo ocidental foi condição para o desenvolvimento pleno do capital mercantil, como propõe John Merrington. A autonomia da cidade, escreve Merrington:

"... era fundada na parcelização da soberania e limitada por esta; baseada na coincidência das relações políticas e econômicas de subordinação/apropriação definidora do modo feudal. A existência de tal autonomia urbana corporativa, como um 'senhor coletivo' dentro de uma estrutura celular baseada na 'soberania em vários graus' foi precisamente o que encorajou o mais pleno desenvolvimento do capital mercantil na cidade feudal. Onde, o 'capitalismo urbano' era tanto interno quanto externo ao modo feudal — ou, mais precisamente, o primeiro (aspecto) era condição do segundo... A 'oposição' de tais cidades (ao campo) era uma oposição de esferas econômico-corporativas de soberania, o que deve ser encarado como um elemento tão interno ao feudalismo quanto a ascensão e o declínio da economia senhorial (...) Longe de ser imóvel, e menos ainda exclusivamente 'rural', o feudalismo foi o primeiro modo de produção na história a permitir, justamente por sua ausência de soberania, que houvesse um lugar estrutural autônomo para a produção urbana e o capital mercantil "(10).

Desse modo, apesar de sua autonomia corporativa frente ao campo, a cidade feudal, longe de ser um centro livre de atividade capitalista, dependia do "cenário feudal" para os monopólios e as condições jurídicas que definiam sua existência e defendiam seus privilégios (11). O capital mercantil dependia do poder jurídico e político do feudalismo para poder funcionar, e a existência da cidade feudal como um "senhor coletivo" era a expressão espacial desta relação econômico-política que punha a cidade em oposição ao campo (12). O crescimento urbano permaneceu "na mais íntima correlação com o crescimento da economia senhorial" (13). A cidade feudal e o mercado urbano estavam, assim, contidos em relações sociais pré-capitalistas e subordinados ao campo, que continuava a oferecer uma barreira para sua expansão.

A autonomia urbana baseada na soberania parcelizada permitiu o pleno desenvolvimento tanto da oposição entre cidade e campo quanto da produção e troca de mercadorias no modo feudal (14). Entre os séculos XIV e XVI, desenvolveu-se na Europa Ocidental um conflito complexo entre produtores diretos, aristocracia rural

9 John Merrington, "Town and Country in the Transition from Feudalism to Capitalism", in Rodney Hilton, ed., *The Transition from Feudalism to Capitalism*, London, 1976, pp. 180-1.

10 Idem, *ibidem*, p. 178. Ver também: Philip Abrams, "Towns and Economic Growth", in Philip Abrams and E. A. Wrigley, eds., *Towns in Societies: Essays in Economic History and Historical Sociology*, Cambridge, 1978, pp. 12-3. E ainda: Perry Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, London, 1974, p. 408.

11 Merrington, "Town and Country", p. 182.

12 Ver A. B. Hibbert, "The Economic Policy of Towns", in *Cambridge Economic History of Europe*, III, Cambridge, 1963, pp. 177-8.

13 Merrington, *op. cit.*, p. 179. Ver também: Anderson, *Lineages*, p. 17.

14 Ver Merrington, *op. cit.*, p. 179.

e classe mercantil urbana, a favor da produção de mercadorias, contra esta e dentro desta, o qual foi ao mesmo tempo extensão do modo feudal e condição para sua dissolução. Em cada caso particular representantes de qualquer uma dessas classes poderiam lutar para estender a produção e troca de mercadorias, ou para resistir a que estas se espalhassem. Dentro das relações de produção de mercadoria reinantes, tais lutas incidiam sobre as condições de exploração e sobre a apropriação do excedente. Os interesses da burguesia urbana, consistentes com sua posição embasada no modo de produção feudal, convergiam com os da nobreza face ao campo "enquanto a renda permaneceu, em suas várias formas, o principal modo de apropriação do excedente e o capital permaneceu externo ao processo produtivo" (15). A luta da burguesia urbana contra a aristocracia não visava mais do que apropriar uma parte maior do excedente e estender o privilégio dentro da ordem feudal. A expansão da produção e troca de mercadorias e o controle monopolista sobre estas podiam dar lugar a conflitos entre a burguesia e a classe aristocrática dos proprietários de terras, da qual o capital mercantil era em última instância dependente, tanto para sua existência como para manter sob controle — econômico, político e militar — os produtores diretos. A aristocracia, por sua parte, podia resistir à imposição das relações da mercadoria em geral, ou às condições particulares de sua extensão para o campo e para o monopólio urbano. Contudo, à medida que a produção para mercado expandia-se e que os tributos feudais eram transformados em rendas monetárias, também a aristocracia tornou-se cada vez mais dependente da troca de mercadorias e da classe mercantil para manter sua posição na sociedade. Apesar da importância crescente das relações da mercadoria no feudalismo europeu, a persistência da propriedade aristocrática bloqueava a capitalização da produção (16). Assim, as relações entre as duas grandes classes não-produtoras da Europa feudal eram condicionadas por mútuo antagonismo e dependência; ao mesmo tempo, ambas lutavam com os produtores diretos para estabelecer a forma e a extensão da apropriação do excedente. Estes conflitos se desdobraram com a variedade de alianças e antagonismos de classe possível em circunstâncias concretas.

O resultado histórico desse conflito foi a dissolução da coincidência entre as relações políticas e econômicas de subordinação/apropriação que caracterizava o feudalismo, e a reconstituição de tais relações com base na produção de mercadorias, no capital mercantil e no estado absolutista. A separação formal entre política e economia, característica do capitalismo desenvolvido, começou a emergir de forma rudimentar. A constelação de relações de classe que caracterizava a ordem feudal foi sendo cada vez mais mediada pela forma-mercadoria. O crescimento da produção e troca de mercadorias resultou na centralização no nível do estado de relações de poder que antes eram difusas. Como argumenta Anderson:

"Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: *uma aparelhagem de dominação feudal reorganizada e reforçada*, estrategicamente projetada para fixar as massas camponesas em sua posição social tradicional — apesar do progresso que estas haviam obtido com a generalizada comutação de tributos e em oposição a tais avanços (...) A forma de poder da nobreza, por sua vez, era determinada pela difusão da produção e troca de mercadorias nas formações sociais de transição no início da época moderna" (17).

Se o caráter do estado absolutista garantia o poder de classe da aristocracia, como sugere Anderson, a base da dominação aristocrática foi não obstante transformada com a consolidação da propriedade privada e o crescimento das relações da mercadoria (18). Com a emergência do estado absolutista, aprofundou-se a complexa interdependência entre capital mercantil e dominação de classe da aristocracia. O estado absolutista precisava da burguesia urbana para manter sua dominação centralizada, e a classe mercantil assumiu um papel mais decisivo nos negócios de estado. A classe mercantil urbana era necessária para fornecer rendas, para administrar a burocracia do estado, e para desenvolver o comércio, a agricultura e a indústria; por outro lado, a afirmação do poder estatal nos planos nacional e internacional dependia de todos esses processos. Na estrutura do estado propriamente dito forjaram-se novas distinções, principalmente através da intervenção da burguesia, entre a bolsa particular do rei e o orçamento público, entre suas terras privadas e as terras públicas, que dissolviam a coincidência entre poder público e poder

15 Idem, *ibidem*, p. 180.

16 Ver Anderson, *Lineages*, p. 17.

17 Idem, *ibidem*, pp. 18-9.

pessoal na monarquia feudal, permitindo a concentração do poder político na nova forma de organização estatal. Na outra face da moeda, o estado absolutista foi condição para a expansão ulterior do capital mercantil e permitiu a plena extensão de monopólios e privilégios, condições, uns e outros, da produção e troca de mercadorias. Estes foram os fundamentos para a formação do mercado mundial no século XVI.

II — CIDADE E CAMPO, ESTADO E COLÔNIA

A criação do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho através da expansão colonial e da imposição de novas formas de produção e troca de mercadorias permitiu ao capital mercantil desenvolvido superar a contradição entre campo e cidade do modo de produção feudal. Incapazes de expandir plenamente as relações de mercado no campo europeu, as classes mercantis urbanas nas cidades portuárias do Atlântico juntamente com os novos estados absolutistas criaram nas colônias uma hinterlândia rural subordinada através de força e coerção, que lhes permitiu ultrapassar os velhos centros comerciais da Europa⁽¹⁹⁾. Na ausência de um grande excedente populacional e de uma força móvel de trabalhadores separados dos meios de produção e subsistência, as potências comerciais da Europa podiam aumentar o excedente disponível para comércio através da concentração forçada de trabalhadores nas colônias, compelindo-os a produzir mais e mais para exportação, na moldura maior das relações pré-capitalistas de produção existentes e da dominação da economia mundial pelo capital mercantil independente. Desse modo, a expansão colonial forneceu ao capital mercantil um caminho para o desenvolvimento da produção de mercadorias e para a socialização do trabalho numa medida que seria impossível na Europa. A exploração das colônias foi essencial para a expansão do comércio e forneceu um meio para acumular riqueza a despeito das relações pré-capitalistas de produção reinantes na Europa.

A criação do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho neste estágio histórico foi o resultado da extensão espacial do arcabouço monopolista que definia a cidade frente ao campo dentro do modo feudal⁽²⁰⁾. Todo um edifício de monopólios, restrições e privilégios foi construído, subordinando a produção e o comércio coloniais aos interesses da metrópole e assegurando à classe mercantil a posição favorecida de intermediário na empresa colonial. Contudo, o alcance desses empreendimentos excedia o quadro meramente municipal, e esta expansão do capital mercantil se deu sob a égide do estado nacional. Na falta de mecanismos

econômicos desenvolvidos, o capital mercantil teve de confiar no poder coercitivo do estado absolutista para criar e manter uma hinterlândia colonial subordinada e assegurar os monopólios de comércio e produção que garantiam à classe mercantil dominar as colônias e o mercado colonial. Os estados nacionais emergentes da Europa mostravam-se ávidos por encorajar a prosperidade comercial e industrial que era a base de seu poder, tanto na arena nacional como na internacional, nesta época de crescimento da produção de mercadorias. Desempenharam um papel essencial neste momento, excluindo outros países de operar em suas colônias e mobilizando recursos escassos para a expansão colonial⁽²¹⁾. Assim, o mercado mundial neste estágio estruturava-se através de rivalidades imperiais entre os estados absolutistas, os quais competiam e tentavam monopolizar mercados restritos⁽²²⁾.

Apesar do aumento na produção para mercado e do comércio florescente, o mercado mundial e a divisão internacional de trabalho que se desenvolveram a partir do século XVI são ainda pressupostos da produção capitalista e não são idênticos à divisão internacional de trabalho e ao mercado mundial capitalistas. O capital mercantil europeu criou o comércio mundial e um mercado mundial ao estabelecer novos pontos de produção e troca, que foram condição para o desenvolvimento pleno da relação capital-trabalho assalariado⁽²³⁾. Apesar de o capital, enquanto capital mercantil, ainda não dominar diretamente o processo produtivo, seu mercado mundial mantém-se como uma unidade face aos diversos produtores sociais e formas de produção social, os quais são postos em relação uns com os outros à medida que a forma-mercadoria é imposta aos produtos do trabalho. A classe mercantil organizou a produção em maior escala para incrementar seu monopólio do comércio. A produção para o mercado mundial criou nova riqueza, aumentou o volume de mercadorias em circulação e tornou possível a centralização do comércio e a concentração da riqueza. As várias formas de produção social abarcadas pelo mercado

18 Idem, *ibidem*, p. 20.

19 Ver Merrington, *op. cit.*, p. 183.

20 Ver K. G. Davies, *The North Atlantic World in the Seventeenth Century*, Minneapolis, 1974, pp. 45-54, para uma discussão das bases urbanas da expansão durante esse período.

21 Ver, por exemplo, Frederic C. Lane, "Colbert and the Commerce of Bordeaux", in *Venice and History*, Baltimore, 1966, pp. 311-30.

22 Ver Claudia von Braunmühl, "On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context: An Attempt to Develop a Methodological and Theoretical Approach", in John Holloway and Sol Picciotto, *State and Capital: A Marxist Debate*, London, 1978, em especial, pp. 167-9.

23 Karl Marx, *Theories of Surplus Value*, III, London, 1972, p. 253.

mundial forneceram novos meios de produção e subsistência e criaram condições materiais para a produção e reprodução capitalistas. Por isso o impulso em direção ao monopólio comercial nega-se a si mesmo. Contudo, o mercado mundial durante o período de acumulação originária continuou estruturado pelo capital mercantil independente, que expressa o caráter da economia mundial como um todo e configura as relações dentro desta. Sob o capital mercantil, o mercado mundial estabelece dependências recíprocas não pelo movimento dos preços, mas através da coerção. Apesar de mais extenso e diversificado que os mercados anteriores, o mercado mundial continuava a ser uma "presa restrita e sua 'captura' acarretava a *imposição* de monopólios de produção e troca contra o (novo) campo (colonial) e contra a intromissão de cidades (e estados) rivais, enquanto o comércio continuasse a existir somente nos interstícios do sistema, monopolizando o fornecimento de uma série limitada de bens, e continuasse dependente de indulgências políticas" (24).

Neste passo, o mercado mundial e a divisão internacional do trabalho foram condição para a separação entre os produtores diretos e os meios de produção, mas este processo estava desenvolvido apenas de modo incompleto, e só excepcionalmente a produção era organizada de modo capitalista. As relações sociais do campo europeu continuavam a limitar tanto a transformação em mercadoria do produto excedente quanto o desenvolvimento do mercado. A agricultura predominava de maneira esmagadora e, exceto na Inglaterra, onde a produção de mercadorias, a oposição entre cidade e campo e a agricultura capitalista mais haviam progredido, a maioria do que a população rural européia consumia era produzido localmente. Merrington descreve a ausência de uma economia de mercadoria desenvolvida durante este período:

"Não devemos perder de vista esse caráter feudal do 'capitalismo' inicial; a circulação baseada na livre troca de equivalentes pertence ao desenvolvimento pleno do mercado capitalista. Mesmo no século XVIII, na maior parte da Europa o mercado mantinha-se limitado a uma determi-

Os holandeses, comerciantes e carregadores de mercadorias de outros povos, ergueram o primeiro império comercial global

24 Merrington, op. cit., p. 181.

nada série de mercadorias, os salários eram freqüentemente pagos em espécie e a comercialização da agricultura era apenas parcial. O consumo pelo próprio produtor, vendas através de simples troca, e pagamentos em espécie comumente reduziam a extensão das transações monetárias e, portanto, a predominância do mercado " (25).

Nestas circunstâncias, o comércio colonial assumiu uma importância especial como pré-condição para o crescimento do capitalismo e acentuou as tendências em direção ao desenvolvimento da produção capitalista que já existiam na Europa(26). Ao contrário do que ocorre numa economia capitalista desenvolvida, o bem-estar industrial de um país durante o período de acumulação originária e a predominância do capital mercantil dependiam da prosperidade de seu comércio. Não só as colônias forneciam novos produtos em escala maciça para o mercado europeu e estimulavam o comércio e a navegação mas, especialmente após o século XVII, o mercado colonial desempenhou um papel crucial, ao oferecer a demanda necessária para as manufaturas se expandirem(27).

O sistema colonial que emergiu, mesmo assumindo uma variedade de formas históricas concretas, expressava as necessidades da acumulação do capital sob o domínio do capital mercantil e do trabalho não-assalariado. As colônias eram consideradas propriedade exclusiva das metrópoles e existiam apenas para seu proveito. O campo colonial era excluído dos monopólios de comércio e de artesanato e manufatura nas cidades metropolitanas, enquanto a produção colonial se restringia a produtos agrícolas(28). As colônias eram proibidas de comerciar com outros países que não a metrópole, ou de transportar seus produtos em navios que não os da metrópole, e em compensação recebiam posição privilegiada no mercado metropolitano. Reservando os benefícios do comércio colonial aos da nação — ou seja, à burguesia mercantil dos centros comerciais privilegiados — o sistema colonial visava a excluir rivais estrangeiros, a favorecer o crescimento do comércio e a promover a acumulação de capital na metrópole. A proibição ou o controle de importações e exportações, o estabelecimento de companhias monopolistas, os privilégios concedidos a empresas privadas, o regime do "exclusivo" metropolitano e leis como as *Navigation Acts* convergiram para mobilizar os recursos, em expansão mas limitados ainda, de vários estados europeus e de seus centros de comércio marítimo a fim de utilizá-los para a exploração das colônias, para assegurar novos mercados e fontes de matérias-primas protegidos da competição estrangeira, e para estimular indústrias e artesanatos nos centros metropolitanos.

A escravidão colonial no Novo Mundo surgiu e desenvolveu-se como uma forma particular da produção de mercadorias, inseparável do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho criados pela expansão do capital mercantil europeu a partir do século XVI. As relações escravistas não são separadas do mercado mundial ou anteriores a este. Antes, formam uma parte constitutiva da divisão internacional do trabalho — a totalidade das relações sociais de produção e troca constituindo o mercado mundial(29). A produção escravista nas Américas baseava-se na divisão internacional do trabalho e no mercado mundial e deriva sua especificidade face a outros sistemas escravocratas de sua relação com a totalidade das relações do capital em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, as relações escravistas impuseram suas próprias condições na produção e reprodução social e determinaram a especificidade da escravidão frente às outras formas de produção de mercadorias na economia mundial. Assim, a racionalidade e o caráter específico das formações escravistas no Novo Mundo estabeleceram-se através da relação simultânea entre a economia mundial do capital em desenvolvimento, de um lado, e a relação senhor-escravo, do outro. A produção escravista foi responsável pelo expandir e elaborar da divisão internacional do trabalho e pela ampliação do mercado mundial; mas este sistema de produção social era também relativamente estático e inflexível, possuindo uma capacidade limitada para interagir com a transformação capitalista da economia mundial que ele mesmo contribuía para levar a efeito.

A razão de ser da escravidão colonial era a produção de mercadorias. A produção de um excedente para comércio foi expandida violentamente. Ao estabelecer relações escravistas no Novo Mundo, o capital mercantil criou uma nova força produtiva: à medida que os esforços dos escravos eram reunidos e combinados, a força de trabalho cooperativa tomava corpo(30). A África converteu-se numa reserva de trabalho barato(31), e massas de africanos foram escravizadas, transportadas para o

25 Idem, *ibidem*, pp. 180-1. Ver também: Eric J. Hobsbawm, *Industry and Empire*, Harmondsworth, 1969, pp. 40-1.

26 Marx, *Grundrisse*, pp. 508-11.

27 Ver Eric J. Hobsbawm, "The Crisis of the Seventeenth Century", in Trevor Aston, ed., *Crisis in Europe, 1560-1660*, Garden City, New York, 1967, pp. 53-6.

28 O comércio aparece aqui como comércio de extremos. "Quanto mais as colônias diferem da metrópole, mais são perfeitas, como no caso das Antilhas", escreveu Louis XIV ao governador da Martinica em 1670. (Citado em José León Suárez, *Carácter de la Revolución Americana*, Buenos Aires, 1917, p. 7).

29 Ver Nikolai Bukharin, *Imperialism and World Economy*, New York, 1973, pp. 25-6.

30 Marx, *Grundrisse*, p. 529n; e também *Capital*, I, p. 443.

31 À medida que o capital mercantil organizava o trabalho ativo na forma de trabalho escravo no Novo Mundo, estabelecia na África a categoria de trabalho de reserva. Mais do que uma "arena externa", a África integrava as relações de produção que se iam estabelecendo. (Ver Immanuel Wallerstein, *The Capitalist World Economy*, Cambridge, 1979, pp. 215-7.) O trabalho africano tornou-se reserva latente de trabalho de facto, já que em relação ao trabalho escravo do Novo Mundo mantinha-se como fonte potencial de mão-de-obra.

outro lado do Atlântico, concentradas em *plantations* nas Américas, e compelidas a gastar sua energia — dia após dia, mês após mês, ano após ano — na produção de gêneros básicos (açúcar, café, tabaco, algodão) para exportação à Europa. Nas colônias escravistas, a força social do trabalho coletivo foi desenvolvida num grau muito mais alto do que o possível na metrópole. A cooperação dos trabalhadores foi organizada numa dimensão mais ampla, e houve maior concentração e centralização de produção nas grandes fazendas escravistas(32).

O desenvolvimento da força produtiva de massa do trabalho escravo teve por premissa a relação da escravidão com o todo da economia mundial. Capital e escravos puderam ser acumulados em *plantations* nas Américas para a produção irrestrita de gêneros para exportação apenas porque, através da divisão de trabalho no mercado mundial, as colônias escravistas recebiam produtos finais, carne salgada, madeira de construção, gado, escravos, e bens manufaturados que de outra maneira teriam de produzir por conta própria. O crescimento da produção escravista era dependente do desenvolvimento qualitativo e quantitativo da economia mundial como um todo (a capacidade de o capital mercantil financiar e manter novas empresas coloniais, fornecer mercados para a produção colonial, etc.). Através dessa divisão internacional do trabalho, a produção escravista acelerou tanto o desenvolvimento da força coletiva do trabalho cooperativo quanto a elaboração da divisão social do trabalho, não só no nível das formações escravistas, mas também no nível da economia mundial como um todo(33).

O senhor de escravos realizava seu excedente como lucro no mercado através da mediação do capital mercantil e tinha de corresponder à demanda e levar em conta os padrões do mercado para ser bem-sucedido. Contudo, a escravidão propriamente dita baseava-se na coerção física direta do trabalhador, não no trabalho formalmente livre. A organização interna do processo de trabalho não era diretamente sujeita à dominação do capital, mas, ao contrário, era moldada pela relação senhor-escravo. Na economia escravista a força de trabalho não é separada da pessoa do trabalhador. Ao contrário do capitalista, que paga um salário pelo uso da força de trabalho, o senhor de escravos possui o trabalhador. Este não mantém relação alguma com os meios de produção, mas é ele mesmo um instrumento de produção, como um boi ou um jumento. O escravo representa um investimento de capital que não é diferente daquele feito em máquinas ou gado. O preço do escravo baseia-se em sua capacidade de produzir, mas este capital é independente do capital empregado para explorá-lo no processo de produção propriamente dito(34).

A produção de excedente é o elemento fundamental da economia escravista, mas tanto o valor da força de trabalho como a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente estão ocultos pela relação de propriedade na sociedade escravista. Uma vez que na economia escravista a força de trabalho não é mercadoria, não há um valor para a força de trabalho que possa se distinguir do valor do trabalhador. O escravo propriamente dito é uma mercadoria, mas as relações de mercadoria não estruturam o processo de trabalho escravo. Não há na economia escravista um equivalente para a forma salário. A produção escravista não se apóia na "livre troca de valores equivalentes", como os contratos no regime de trabalho assalariado, mas na dominação direta e explícita do escravo. Na relação salarial, a produção e apropriação do valor excedente é mascarada pela aparente troca de equivalentes entre capital e trabalho. Sob a escravidão, a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente é oculta pela ausência de uma tal troca. O trabalho escravo é diretamente apropriado pelo senhor. Mais ainda, já que o fazendeiro tem de arcar com o custo de reprodução do escravo, todo trabalho deste lhe aparece como trabalho excedente não-pago. Tudo o que o escravo produz é propriedade do senhor (35). O dispêndio da força de trabalho, a atividade de trabalhar, não é parte do custo da produção na economia escravista. Ao invés disso, o custo do trabalho aparece como uma série de investimentos em capital constante (construções, comida, roupas, etc.). Os valores produzidos pelo escravo não representam a força de trabalho na produção, mas antes a renovação de uma quantia de capital constante, e são equivalentes ao custo de manutenção, combustível, etc., para máquinas. Mesmo a parte do trabalho do escravo que reproduz seus meios de subsistência corresponde à reprodução do capital investido nele.

A ausência da força de trabalho como um custo de produção separado e sua assimilação à quantia de capital constante estão na raiz daquilo que Weber e outros que o seguiram apontam como a "irracionalidade" da economia escravista. Douglas

32 Ver Marx, *Capital*, I, p. 925, nota 12.

33 Ver Marx, *Grundrisse*, p. 586.

34 Ver Marx, *Capital*, III, p. 809, e também *Capital*, III, p. 483.

35 Marx, *Capital*, I, p. 591. Ver também: Herbert C. Gutman, *The Black Family in Slavery and Freedom: 1750-1925*, New York, 1974, e George P. Rawick, *From Sundown to Sunup: The Making of the Black Community*, Westport, Conn., 1972.

Hall, historiador da Jamaica, enfatizou as dificuldades causadas por esta forma de organização do trabalho para a racionalização da produção nas economias escravistas das Antilhas:

"Que os escravos das fazendas eram uma forma de investimento em capital constante não há dúvida. Conseqüentemente, seu 'trabalho' não era 'trabalho' no sentido em que usamos esta palavra com respeito a 'trabalhadores livres'; porém, mais precisamente, 'força', no sentido em que esta palavra é usada para designar os esforços do gado ou o funcionar da maquinaria (...) Portanto, a abolição da escravatura afetou a indústria não porque substituiu 'trabalho escravo' por 'trabalho assalariado', mas porque introduziu o 'trabalho' como um componente significativo da produção e da contabilidade (...) e porque trouxe importância e significado real a conceitos como 'custo do trabalho', 'produtividade do trabalho', e 'poupança de trabalho' pela primeira vez nas Antilhas" (36).

A ausência da força de trabalho como mercadoria na economia escravista mostrou-se uma barreira quase intransponível para a racionalização da produção. No escravismo não havia um equivalente para o salário que fornecesse um mecanismo para a variação da força de trabalho de acordo com as condições do mercado e, mais importante, que fornecesse um meio de baratear constantemente o custo da reprodução da força de trabalho.

A falta de distinção entre capital constante e capital variável e o não aparecimento do trabalho em ação deram um caráter estático ao sistema de produção escravista. A relação entre trabalho necessário e trabalho excedente permaneceu relativamente estável na economia escravista. O senhor de escravos não possuía sob seu controle direto nenhum meio para reduzir o tempo de trabalho necessário, que já estava reduzido ao mínimo. No curso da história as necessidades de subsistência dos escravos foram quase invariáveis, e o tempo em que os escravos produziam para sua própria subsistência permaneceu relativamente inalterável. Se as condições do mercado fossem favoráveis, o senhor poderia, em princípio (apesar de não ser tão fácil na prática), deslocar escravos da produção para subsistência para a produção de gêneros de exportação. Contudo, em qualquer dos dois casos o trabalho necessário era realizado no tempo de senhor; e, se o fazendeiro fizesse uma tal mudança, teria de suprir de seu próprio bolso, através de compras, as necessidades de subsistência dos escravos. A parte do consumo dos escravos que o senhor supria por meio de compras no mercado correspondia a compras de quantias fixas de bens, e representava uma quantia relativamente inflexível de trabalho necessário. O valor destes bens poderia ser barateado através de mudanças na produção em algum outro ponto de economia mundial. Com o trabalho necessário nas *plantations* já reduzido ao mínimo, somente o surgimento da produção através de trabalho assalariado no Velho Mundo poderia reduzir significativamente os custos de certos produtos de que os escravos precisavam para subsistir. Contudo, os preços destes bens eram determinados fora da esfera da produção escravista, para além do controle da classe dos senhores de escravos. Mais ainda, a capacidade de o senhor se valer de bens de preços mais baixos era dependente de sua capacidade de efetuar o controle monopolista da classe mercantil.

As relações escravistas inibiram a introdução de inovações tecnológicas que aumentassem a taxa de produção do excedente. Não só o capital investido em escravos limitava a compra de máquinas, fertilizantes, etc., mas o senhor não podia ajustar sua mão-de-obra às mudanças tecnológicas com facilidade. Ou bem suas máquinas ou bem seus homens ficavam mal aproveitados. Além disso, a menos que o trabalho necessário fosse reduzido, aumentar o excedente poderia abaixar o preço do produto sem reduzir os custos para o senhor dos escravos. Assim, a forma particular das relações escravistas implica em que a expansão do sistema escravista tenha sido antes extensiva que intensiva. O uso da força muscular humana permaneceu no centro do processo de trabalho e a produção de excedente foi aumentada através da concentração de mais trabalho em mais terra por períodos maiores de tempo. Uma vez que fossem alcançados os limites da produção de excedente absoluto, aumentar o volume e a intensidade do trabalho excedente era fator bem mais decisivo na produção escravista do que aumentos relativos na taxa de produção de excedente. Para o desenvolvimento da escravidão colonial a extensão quantitativa

36 Douglas Hall, "Incalculability as a Feature of Sugar Production During the Eighteenth Century" in *Social and Economic Studies*, X, 2, September, 1961, pp. 348-9.

era mais importante do que a transformação qualitativa, como indica o historiador cubano Manuel Moreno Fraginals:

"Trata-se de uma mudança quantitativa, em uma atividade manufatureira agrícola, em que a mão-de-obra relativamente numerosa revoluciona as condições objetivas do processo de trabalho, embora o sistema em si não mude. A forma deste é a de um mecanismo de produção cujos componentes são os homens. As operações retêm seu caráter manual, dependendo da força, da destreza, da velocidade e da segurança do trabalhador individual no manejo da ferramenta. Desse modo, o que é característico da transformação que encontramos em Cuba com o crescimento desmesurado de tal cooperação é que este aumento tem um caráter quantitativo. O crescimento ocorre por meio do uso de mais terras para cana, de mais corte de lenha, mais caldeiras, mais fôrmas, mais carroças, mais gado; mas isto tudo sem alterar os padrões anteriores, a não ser para submeter o negro a um modo de vida cada vez mais bestial, reduzindo seus anos úteis a limites inacreditáveis. É a criação de um mundo novo, que soma à barbárie da escravidão os tormentos civilizados do trabalho excedente. Este método característico de expandir a produção açucareira, por sua vez, tem repercussões em toda a esfera colonial e, à medida que se desenvolve, absorve uma grande parte da energia antes dirigida a outras atividades" (37).

Por conseguinte, a distribuição do tempo de trabalho durante o dia, a semana ou o ano era sujeita a limites naturais, físicos e sociais, e havia pouca oportunidade para ampliar o tempo de trabalho excedente. A expansão da produção escravista poderia ocorrer somente através da incorporação de novas terras e de um suprimento contínuo de mão-de-obra para as áreas novas. Esta forma relativamente estável de trabalho excedente oferecia lucros satisfatórios enquanto os monopólios mercantis mantiveram altos os preços. Mas quando a competição no mercado levou à diminuição de tais rendimentos, a organização baseada no trabalho escravo passou a fornecer poucos meios para que o fazendeiro aumentasse o excedente a seu dispor. A expansão da escravidão cria condições para seu próprio declínio.

III – ESCRAVIDÃO E TRABALHO ESCRAVO NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA ECONOMIA MUNDIAL CAPITALISTA

A escravidão colonial no Novo Mundo integrava os processos de acumulação originária do capital. As relações escravistas de produção foram uma condição *históricamente* necessária para a emergência do trabalho assalariado como a forma dominante da produção social e assim fazem parte da totalidade concreta da produção capitalista. Por conseguinte, o trabalho escravo na economia mundial deve ser apreendido em sua relação com o trabalho assalariado, do qual é pressuposto histórico. Nem a escravidão nem o trabalho assalariado podem ser isolados, como modos de produção distintos, de seus contextos históricos. Um e outro se desenvolveram reciprocamente. Apesar de o trabalho assalariado ser decisivo para as relações de produção capitalistas, o capital não organiza o trabalho exclusivamente como trabalho assalariado; antes, exerce sua dominação através de uma variedade de formas, assalariadas ou não. O capital deve ser entendido, portanto, como a relação entre essas formas; neste caso, como a relação entre trabalho escravo e trabalho assalariado.

Concretamente, a produção capitalista foi organizada em escala mundial, estabelecendo-se uma hierarquia global do trabalho que compreendia várias formas de produção social. Na Europa ficava o ponto focal dessa rede mundial de produção e troca de mercadorias. A ampla organização da produção de mercadorias através do trabalho não-assalariado em outras partes do globo permitiu a concentração na Europa de atividades econômicas que, por sua vez, foram condição para o desenvolvimento neste continente do trabalho assalariado. A transição para o capitalismo acarreta, portanto, a transformação qualitativa da economia mundial: de processos e relações que produzem a relação capital-trabalho assalariado para a economia mundial capitalista, que é constituída e reproduzida, em escala que se expande cada

37 Manuel Moreno Fraginals, *El Ingenio*, I, La Habana, 1978, p. 48.

vez mais, através do movimento da relação capital-trabalho assalariado propriamente dita. Assim, a transição para o capitalismo e o desenvolvimento deste envolvem a recomposição do trabalho — das várias formas do trabalho internacionalmente organizadas. Nesse processo descontínuo e não-linear está implícito um movimento da escravidão como a relação que produz a relação capital-trabalho assalariado para a escravidão como produto desta relação. (O significado sistêmico da escravidão é transformado uma vez que a relação capital-trabalho assalariado é amplamente estabelecida. Na primeira situação, a escravidão é um meio de incrementar o monopólio do comércio pela classe mercantil. Ao fazer isso, esta classe corre o risco de se arruinar ao produzir mercadorias "demais", isto é, de modo a causar a queda de preços. Na segunda situação, a escravidão é importante como um meio de reduzir o custo do capital variável empregado na reprodução da classe de trabalhadores assalariados.)

A escravidão colonial nas Américas deu ímpeto à produção de mercadorias e contribuiu para o desenvolvimento da cooperação, da divisão do trabalho, da concentração dos meios de produção e do desenvolvimento das forças produtivas na economia mundial durante o período de acumulação originária. Auxiliou, assim, a estabelecer um volume e uma complexidade de atividades que foram condição para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas³⁸. A escravidão foi de fundamental importância para o sistema colonial e para o sistema de crédito público descritos por Marx como as "poderosas alavancas da acumulação" durante este período³⁹. A escravidão promoveu o crescimento e a centralização de mercados, a concentração da riqueza monetária, a criação de novas necessidades e a expansão das antigas num grau que só poderia ser satisfeito através da expansão da base produtiva para a acumulação de capital na Europa.

A escravidão e o sistema colonial foram incentivos importantes para o desenvolvimento do trabalho assalariado e da manufatura na Europa. As condições de produção e consumo foram sendo cada vez mais mediadas pela troca, e a riqueza monetária gerada através do colonialismo, da escravidão e da expansão do comércio foi concentrada nas mãos das classes apropriadoras e contribuiu para separar os produtores europeus dos meios de produção e subsistência⁴⁰. Bolsões isolados de trabalho assalariado permaneciam engastados nas relações sociais da Europa, reproduzidos dentro de relações sociais distintas da relação capital-trabalho assalariado e através destas. Mas estes centros de manufatura eram incapazes, por si sós, de transformar as relações sociais na Europa, e seu crescimento e desenvolvimento foram diretamente proporcionais à expansão do mercado mundial e à divisão internacional do trabalho⁴¹. O sistema escravista nas Américas e o correspondente comércio de escravos forneceram um mercado de importância decisiva para os bens manufaturados europeus. A produção capitalista para mercado começou a se desenvolver em ritmo crescente na Europa e novos centros manufatureiros se estabeleceram, primeiramente no campo, fora dos velhos centros de controle e restrição municipal e, mais tarde, também nos centros urbanos. Ao mesmo tempo, os produtos coloniais contribuíram diretamente para a diminuição dos custos de reprodução da força de trabalho dos assalariados. Gradualmente, com o surgimento da relação capital-trabalho assalariado, começou a emergir um imperativo sistêmico para transformar a produção, tanto através da inovação tecnológica quanto por meio da redução contínua dos custos da força de trabalho.

De um ponto de vista histórico, os processos da acumulação originária desenvolveram-se, no nível da economia mundial, através de rivalidades e da dominação sucessiva de Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, com seus respectivos impérios coloniais. Estes processos foram condição para o desenvolvimento da produção capitalista. Foi expandida a base produtiva e comercial da economia mundial e da divisão internacional do trabalho; entretanto, a organização destas últimas era ainda estruturada pelo capital mercantil e expressava os limites deste. A expansão das atividades produtivas dependia do exercício direto da força, não só no caso das formas de trabalho compulsório nas colônias, mas também na Europa, onde os produtores eram expropriados por meio de violência e o próprio trabalho assalariado ainda não havia adquirido seu caráter "formalmente livre" (42). A economia mundial como um todo sofreu os ciclos de expansão e involução (por exemplo, a "crise do século XVII") que caracterizam a acumulação baseada no capital mercantil.

A produção capitalista emergiu primeiro na Inglaterra, país em cujos limites na-

38 Ver Marx, *Capital*, I, p. 437.

39 Idem, *ibidem*, p. 919.

40 Ver Marx, *Grundrisse*, p. 509.

41 Ver Marx, *Grundrisse*, pp. 505-6, 510-11, e também *Capital*, I, pp. 911-12. Ver ainda: Hobsbawm, "Crisis of the Seventeenth Century", pp. 22-9, 40-3, 53-62; e A. D. Lublinskaya, *French Absolutism: The Crucial Phase, 1620-1629*, Cambridge, 1968, pp. 65-9.

42 Marx, *Capital*, I, pp. 899-900.

cionais mais estavam desenvolvidas a produção e troca de mercadorias e que havia assegurado posição predominante na economia mundial. Entretanto, a criação de uma classe de trabalhadores assalariados livres e a subordinação do trabalho assalariado ao capital não são nem produtos da extensão linear das forças de mercado, nem multiplicação ou expansão quantitativa dos bolsões de trabalho assalariado previamente existentes. Antes, a predominância da forma assalariada de trabalho representa uma ruptura com o modo de organização social anterior e uma transformação qualitativa da totalidade das relações sociais do capital e das condições sociais da produção material. Assim que a forma assalariada do trabalho se torna dominante, destrói as condições através das quais veio a existir e cria condições para sua expansão ulterior. Não se pode mais propriamente falar em acumulação originária do capital, mas antes em reprodução ampliada do capital e acumulação capitalista(43).

Quando o trabalho toma a forma da mercadoria "força de trabalho", todos os elementos entram no processo de produção capitalista como mercadorias e todo o produto toma a forma de mercadoria. São removidas todas as barreiras sociais previamente existentes contra a produção de excedente. A forma complexa e desenvolvida da mercadoria emerge como a *unidade* de valor de uso e valor de troca, e a produção é constituída de acordo com uma *lei* de valor. A produção social é organizada como produção e reprodução de valor e é continuamente transformada por meio da valorização do capital. Através da forma assalariada de trabalho o capital pode tomar controle direto do processo de trabalho e estabelecer a subsunção real, não-formal, do trabalho ao capital. Com a produção por meio de máquinas, os instrumentos de trabalho, e não seus agentes humanos, tornam-se o centro do processo de trabalho. O capital pode afirmar sua dominação sobre o tempo de trabalho disponível dos trabalhadores de modo muito mais completo do que o possível na manufatura, e pode também desenvolver esse tempo como tempo excedente, tanto absoluta quanto relativamente, através da transformação técnico-organizacional do processo de trabalho. A divisão de trabalho é revolucionada, e todos os ramos da produção são transformados e diversificados. As barreiras contra a mobilidade do trabalho são removidas, a relação do trabalhador com seu trabalho é continuamente alterada, e o trabalho é constantemente recomposto pela necessidade de o capital desenvolvê-lo como capital variável(44). Com o desenvolvimento da moderna indústria de grande escala, o capital cria um modo de produção material que lhe é adequado e aumenta o poder coletivo do trabalho social cooperativo, levando-o muito além do possível com a divisão de trabalho nas manufaturas ou com o trabalho coletivo de massa das grandes fazendas escravistas. A predominância do capital na economia mundial é assegurada não apenas pelo caráter formal da relação capital-trabalho assalariado, mas também pelo âmbito e pela escala em que o capital estabelece a produção material. A emergência da produção capitalista na Inglaterra no fim do século XVIII pôs em movimento o processo histórico de transformação da economia mundial com base na relação capital-trabalho assalariado e na indústria em grande escala.

A produção e a reprodução da relação capital-trabalho assalariado constituem a economia mundial como uma economia especificamente capitalista. Uma vez que o capital assume controle do processo de trabalho, o capital é capaz de criar dentro de seus próprios processos condições para a produção e reprodução, em escala cada vez maior, da relação social entre trabalho assalariado e capital. Os momentos da produção capitalista agora são *resultado* do processo de produção capitalista e condição para a produção renovada do capital em escala que se amplia. A mais-valia produzida e apropriada pelo capital deve ser convertida em mais capital, aumentando o poder deste sobre o trabalho. O trabalho, por outro lado, emerge do processo de produção apenas com as condições de sua reprodução como força de trabalho, e com a possibilidade de vender novamente sua capacidade subjetiva para o capital. A relação social entre trabalho assalariado e capital é agora produto da produção capitalista e a acumulação de capital é a reprodução dessa relação social em escala ampliada(45).

IV — O TRABALHO ASSALARIADO E A DESTRUIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

O trabalho assalariado, como forma dominante de trabalho social, fornece o di-

43 Ver Merrington, op. cit., p. 187.

44 Idem, ibidem, p. 190.

45 Marx, *Results of the Immediate Process of Production*, apêndice, *Capital*, I, pp. 1061-1062.

namismo essencial da acumulação capitalista, na medida em que o capital luta, através da forma-salário, e dentro desta, para impor de modo cada vez mais completo sua dominação sobre o processo de trabalho e para estabelecer as condições de sua reprodução em escala ampliada. Entretanto, a predominância da relação capital-trabalho assalariado deve ser considerada em relação com as formas não-assalariadas de trabalho social. A acumulação capitalista, encarada como a unidade contraditória de produção e reprodução, implica e exige não apenas que se criem mais e mais proletários, mas também que todas as formas de trabalho social sejam postas em relação com o trabalho assalariado. A capacidade de a relação capital-trabalho assalariado estabelecer-se como o elo indispensável — aquele cuja produção e reprodução constitui e anima a economia mundial — define sua predominância. O trabalho assalariado agora reproduz todas as outras relações da economia mundial como produtos seus e momentos de sua reprodução. As formas não-assalariadas de trabalho social na economia mundial são agora resultado do capital e são reproduzidas através dele e dentro dele. O trabalho não-assalariado está firmado no mercado capitalista mundial e na divisão internacional do trabalho, os quais lhe integram a reprodução⁴⁶. Ao mesmo tempo, as formas não-assalariadas de trabalho são moldadas de acordo com as necessidades do capital e constituem momentos de sua reprodução. Portanto, o processo de produção e reprodução das relações sociais do capital cria e guarda em seu bojo a relação entre as várias formas de trabalho social como momentos subordinados, aspectos de um único movimento global de acumulação. De um ponto de vista histórico, a relação capital-trabalho assalariado recompõe a economia mundial de acordo com suas necessidades e processos, e desse modo põe em andamento uma luta global contra o capital. Defrontamo-nos, assim, com uma relação de classe entre trabalho e capital em escala mundial, que assume uma variedade de formas organizadas em torno da forma-salário. A totalidade dessas relações sociais constitui as condições concretas de produção e reprodução capitalistas, as quais devem ser entendidas em termos de: 1) reprodução da relação capital-trabalho assalariado, 2) reprodução das formas não-assalariadas de trabalho e 3) reprodução da relação entre as formas de trabalho assalariadas e as não-assalariadas.

A emergência histórica do trabalho assalariado transforma as relações até então vigentes na economia mundial e estabelece o modo de produção capitalista como uma totalidade concreta que abarca tanto o trabalho assalariado quanto o não-assalariado numa escala mundial. Como parte da recomposição da economia mundial de acordo com os imperativos da produção através do trabalho assalariado, o mercado mundial propriamente dito é reconstituído e se desenvolve com base na produção capitalista, e não mais com base no capital mercantil:

"Originalmente, o comércio foi pré-condição para a transformação das oficinas urbanas, das indústrias domésticas rurais e da agricultura feudal em empresas capitalistas. O comércio desenvolve o produto tornando-o mercadoria, em parte através da criação do mercado para este, em parte através da introdução de novos equivalentes para a mercadoria e do suprimento de novas matérias-primas e matérias suplementares para a produção; criando dessa maneira novos ramos de produção, baseados desde o início no comércio, tanto no que diz respeito à produção para o mercado doméstico e o mercado mundial, quanto à que se refere às condições de produção originadas no mercado mundial. Assim que a manufatura, particularmente a indústria em grande escala, adquire força suficiente, cria, por sua vez, um mercado para si mesma, capturando-o através de suas mercadorias. Neste ponto, o comércio passa a estar a serviço da produção industrial, para a qual se torna necessidade vital a expansão contínua do mercado. A produção em massa, que cada vez mais se amplia, inunda o mercado existente e assim pressiona continuamente para uma expansão ainda maior de tal mercado, para que este rompa seus limites. O que restringe esta produção em massa não é o comércio (na medida em que este expressa uma procura existente), mas a magnitude do capital empregado e o nível de desenvolvimento da produtividade do trabalho. O capitalista industrial tem sempre à sua frente o mercado mundial e compara, e muito constantemente compara, seus próprios preços de custo com os preços do mercado doméstico e com os preços em todo o mundo. Nos tempos iniciais, uma tal comparação cabia quase inteiramente aos

46 Ver Marx, *Theories of Surplus Value*, III, p. 243.

47 Marx, *Capital*, III, p. 336. Ver também: *Grundrisse*, pp. 407-8.

comerciantes e assim assegurava o predomínio do capital mercantil sobre o capital industrial" (47).

A circulação e o mercado mundial não são mais precondições externas e históricas da produção capitalista, mas, antes, sua consequência, formando um momento subordinado dentro desta(48). A economia mundial capitalista é a unidade específica da produção e da circulação e integra tanto os processos de produção e reprodução das formas de trabalho assalariadas e não-assalariadas quanto a totalidade global das relações capital-trabalho.

O sistema de privilégios, restrições e monopólios mercantis que havia constituído a economia mundial foi transformado, e a economia mundial reconstituiu-se através dos processos de produção e acumulação capitalista. A predominância do capital não depende mais de disparidades entre preço de custo e preço de venda. Antes, a produção industrial e o mercado mundial integrado nivelam diferenças de preço, e assim se estabelecem preços mundiais. A acumulação capitalista repousa agora no volume da produção e no grau de exploração da força de trabalho, e por esses meios a economia mundial foi transformada no curso da história. Através dos processos de acumulação e reprodução ampliada o capital lutou por expandir e aprofundar seu controle sobre o trabalho, recompondo o trabalho no mundo inteiro, prefigurando e condicionando historicamente a mobilidade universal do trabalho e do capital(49).

Sob as condições da acumulação capitalista, a cidade não é mais um enclave que impõe sua dominação a partir do exterior. Não só são desenvolvidos, no curso da história, novos centros industriais urbanos, como também a relação cidade-campo é reproduzida e continuamente transformada, numa escala global, pelo próprio processo de acumulação capitalista. Relações sociais e processos de produção são transformados e distribuídos espacialmente a partir do interior desse processo. Desigualdades regionais se acentuam e a oposição entre cidade e campo é reconstituída como oposição entre preços industriais e preços agrícolas(50). Do mesmo modo, o caráter e as condições de existência do estado são completamente transformados pelo processo de acumulação capitalista. As condições de exterioridade do estado face a processos econômicos durante o período de acumulação originária são inteiramente diferentes das encontradas no período de acumulação capitalista propriamente dita. A concepção marxista ortodoxa do estado como uma superestrutura política montada sobre uma base econômica obscurece este problema. O estado absolutista permanecia fora da produção e troca pré-capitalista de mercadorias e fora da acumulação mercantil como condição destas, e simultaneamente constituía-lhes os processos. A produção capitalista de mercadorias e a acumulação capitalista, por outro lado, reconstituem o estado como produto da relação capital-trabalho assalariado.

A forma característica da produção e acumulação capitalistas, que distingue estas de outras formas de produção social, baseia-se na troca de valores equivalentes e, portanto, implica esferas separadas de produção e de reprodução mediadas pela troca. Capitais privados, entretanto, não podem garantir nem equivalência nem troca com o trabalho, devido às lutas entre capital e trabalho na produção e na reprodução. Por isso, está além da capacidade de capitais privados reproduzir a relação capital-trabalho assalariado em geral. O estado, enquanto capital social, tem de mediar a relação entre produção capitalista e reprodução do capital, e sobretudo a relação capital-trabalho, para garantir as condições gerais da acumulação capitalista e da reprodução ampliada do capital(51). Acumulação de capital é condição para a existência e funcionamento do estado, e o estado é reproduzido pela acumulação de capital e dentro dela. A exterioridade e autonomia relativa do estado face aos processos capitalistas de produção, troca e reprodução ampliada são criadas pelo próprio processo de acumulação capitalista. A separação formal do econômico e do político é completa. A forma-estado é produto do capital e encontra-se numa relação para com os processos econômicos diferente daquela em que se encontravam as formas de estado anteriores. Concretamente, isto implica um sistema internacional de estados que reproduzem as relações capital-trabalho no plano do capital-trabalho assalariado, no plano das formas não-assalariadas de trabalho e no da relação entre formas não-assalariadas e assalariadas, para assegurar as condições de acumulação capitalista em escala mundial. Dentro desse sistema internacional de estados, o estado pode assumir uma série de formas concretas de organização, dependendo da relação de cada estado particular com a relação mundial entre capital-trabalho. Ao mesmo tempo, o contexto para a produção e reprodução das re-

48 Ver Marx, *Capital*, III, p. 328.

49 Merrington, op. cit., p. 190.

50 Idem, ibidem, pp. 190-1.

51 Ver Joachim Hirsch, "The State Apparatus and Social Reproduction: Elements of the Theory of the Bourgeois State", in Holloway and Picciotto, *State and Capital*, p. 66.

lações sociais do capital torna-se "nacional". Não só a oposição rural-urbano é reproduzida diferentemente, como também as relações de desenvolvimento e subdesenvolvimento se manifestam como fenômenos "nacionais", determinados pela oposição entre preços industriais e preços de bens primários, entre trabalho de alto custo e trabalho barato.

A emergência da produção capitalista como a forma dominante de trabalho social alterou fundamentalmente os processos que constituem a economia mundial e o papel da escravidão dentro deles. Durante o período de acumulação originária, a escravidão deu impulso ao desenvolvimento do mercado mundial e da divisão internacional de trabalho. Contudo, a forma específica da produção escravista e o volume em que esta tinha sido estabelecida durante este primeiro período impediram-na de acompanhar, nas áreas mais antigas, as exigências de acumulação iniciadas com a transformação capitalista da economia mundial. A contradição entre a produção escravista e a produção do trabalho assalariado livre durante este novo período expressou-se de modo mais agudo no Império Britânico⁵². A produção escravista nas Antilhas inglesas havia sido orientada para uma organização pré-industrial da produção e dependia de monopólios agora ultrapassados. A produtividade do trabalho escravo não podia ser aumentada, e novas terras ou novos contingentes de escravos não eram ali disponíveis. Uma alternativa era estabelecer a produção escravista em áreas novas. Contudo, se as novas áreas de produção escravista (por exemplo, a Guiana Inglesa e Trinidad) fossem mantidas no quadro do antigo vínculo colonial de monopólio e restrições, a produção de excedente nas colônias mais antigas e menos produtivas estaria sendo subsidiada num contexto de relações sociais anômalas. Por outro lado, se a força de trabalho fosse assegurada por outros meios nas novas áreas de produção, ainda neste caso estas prosperariam, e ficaria liberado o mecanismo de mercado de acumulação e reprodução ampliada na economia mundial.

O desenvolvimento do capitalismo industrial, inicialmente centrado na Inglaterra, criou condições para a abolição da escravidão no Império Britânico e para que lá se estabelecessem novas relações, consistentes com as novas exigências da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, a revolução industrial na Inglaterra resultou na expansão e intensificação da escravidão fora do Império Britânico, não como premissa histórica da produção capitalista, mas pressupondo a existência do capital industrial e sendo condição para sua reprodução. A escravidão desenvolveu-se em escala maciça nos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba como parte da nova divisão internacional capitalista do trabalho. O nexo de controle colonial direto rompeu-se e as relações internacionais de produção passaram a ser determinadas pelo preço dos gêneros produzidos pela mão-de-obra escrava nestas regiões.

A produção escravista agora se baseia na produção industrial e na "ilimitada sede de riquezas" do capital. Isto se reflete no volume e no caráter da produção escravista propriamente dita (veja-se por exemplo a introdução de nova tecnologia, como estradas de ferro e máquinas a vapor, e de novas relações de produção em certos aspectos do processo do trabalho escravo)⁵³, na dimensão e caráter do mercado para gêneros produzidos por escravos (incluindo-se aqui a substituição do açúcar pelo algodão como cultura predominante), e, finalmente, na introdução de gêneros produzidos por mão-de-obra escrava diretamente no consumo da classe trabalhadora, como um aspecto tanto da manutenção da relação de troca entre capital e trabalho, quanto dos esforços sistemáticos para aumentar a produção de mais-valia através da redução dos custos de reprodução da força de trabalho. Assim, estas novas áreas escravistas encontram-se numa relação para com a produção capitalista diferente daquela dos sistemas escravistas anteriores, e constituem um aspecto da acumulação do capital e de sua reprodução ampliada.

A produção especificamente capitalista de mercadorias e a forma assalariada do trabalho impõem agora sua marca na economia mundial como um todo, e esta se recompõe de acordo com as condições de desenvolvimento daquelas. A relação capital-trabalho assalariado constitui-se de dentro de seus próprios processos, expande-se cada vez mais, e cria, como produto seu, outras formas de trabalho social. A reprodução ampliada da relação capital-trabalho assalariado recompõe internacionalmente a classe trabalhadora e redefine a relação entre o trabalho assalariado e outras formas de trabalho social. A escravidão não é mais o pressuposto histórico da produção capitalista, isto é, condição para a emergência desta. Antes, a escravidão reproduz-se como produto do capital e é reconstituída dentro do desenvolvimento

52 Aqui, a contribuição clássica é, sem dúvida: Eric Williams, *Capitalism and Slavery*, New York, 1966. A formulação do problema por Williams e seu uso da evidência histórica foram recentemente criticados por Roger Anstey (*The Atlantic Slave Trade and British Abolition, 1760-1810*, Atlantic Highlands, 1975) e Seymour Drescher (*Econocide: British Slavery in the Era of Abolition*, Pittsburg, 1977) entre outros. Entretanto, apesar dos problemas apontados por estes autores no tratamento dado por Williams ao assunto, a relação histórica entre a escravidão e a produção com base no trabalho assalariado livre ainda está por delinear.

53 Ver Moreno Fraginals, *El Ingenio*.

dos processos históricos de acumulação capitalista e reprodução ampliada do capital. Ao mesmo tempo, a escravidão subsume-se como um momento subordinado da produção capitalista propriamente dita. Ela produz os elementos da produção e reprodução capitalista e mantém-se como condição para a reprodução ampliada do capital.

O processo global de acumulação capitalista cria uma hierarquia mundial do trabalho através da imposição da forma da mercadoria ao produto do trabalho e à própria força de trabalho. Todas as mercadorias e toda a produção de mercadoria são equiparadas à forma desenvolvida e complexa da mercadoria produzida pela relação capital-trabalho assalariado, que aparece agora como forma universal e elementar da riqueza, e são desenvolvidas através da valorização do capital. A produção de todo o trabalho é assim equiparada à produção do trabalho assalariado⁽⁵⁴⁾. A contradição entre a produção escrava e a produção do trabalho assalariado é tanto intensificada quanto reproduzida em uma escala maior. A escravidão, mesmo nos novos centros de produção, é incapaz de corresponder às exigências da acumulação capitalista no contexto econômico e político internacional que continua a transformar-se.

Neste ponto, é necessário enfatizar que os processos de recomposição das relações entre trabalho e capital e das várias formas de trabalho social na economia mundial não são estritamente determinados por forças "econômicas"; mas são simultaneamente relações de luta de classes, que assumem várias formas e são mediadas por sua relação com a economia mundial e com o sistema internacional de estados. Os escravos nas Américas desenvolveram lutas autônomas para libertar-se da produção escravista de mercadorias e estabelecer um modo de organização social e econômica independente. Os resultados de tais lutas não são simplesmente determinados pelo capital, mas pelo caráter das lutas propriamente ditas. Assim, em termos históricos concretos, a luta revolucionária dos escravos no Haiti virtualmente destruiu o império francês no Caribe e o principal sustentáculo do sistema colonial como um todo.

O problema para o capital é conter numa relação consigo mesmo estas novas formas de trabalho. Ainda quando o capital é bem-sucedido, essas lutas transformam as condições de existência do capital e de sua contínua acumulação e, ao mesmo tempo, transformam as condições de luta para todo o trabalho *em toda* a economia mundial capitalista. Com a formação de uma classe trabalhadora assalariada na Europa, as lutas dos escravos nas Américas assumiram novo caráter e significado, que se distingue do que lutas semelhantes expressavam no período de acumulação originária. As lutas escravas que agora ocorrem se relacionam com as lutas das recém-formadas classes trabalhadoras americana e européia, e de um ponto de vista ideológico foram transformadas pela doutrina de liberdade e igualdade⁽⁵⁵⁾. As lutas econômicas e políticas do trabalho, tanto escravo como livre, se influenciaram reciprocamente; e sofreu um estreitamento significativo o espaço político, ideológico e moral — assim como também o espaço econômico — para a perpetuação do regime escravo. Desse modo, as exigências dinâmicas da acumulação capitalista e o novo caráter das lutas de classe num mundo organizado em torno da relação capital-trabalho assalariado levaram à dissolução final da escravidão e forçaram a emergência de novas formas de organização do trabalho.

A escravidão nas Américas deve ser compreendida em sua relação com o desenvolvimento histórico da economia mundial capitalista como um todo, e analisada de acordo com categorias apropriadas a esse desenvolvimento. Nossa análise indica que a relação entre trabalho escravo e trabalho assalariado na economia mundial não pode ser vista como produto de um processo evolutivo linear, e sugere as relações históricas complexas, múltiplas e qualitativamente distintas entre as duas formas de trabalho social. Durante o período de acumulação originária a escravidão foi constituída por um conjunto específico de relações e processos sócio-históricos e desempenhou um papel particular na formação da economia mundial. Com a emergência da relação capital-trabalho assalariado e da acumulação capitalista como força organizadora da economia mundial, transformou-se o papel da escravidão no desenvolvimento capitalista. A escravidão foi reconstituída por diferentes processos históricos e dentro de um conjunto de relações sociais diferentes. Assim, tanto a história da escravidão nas Américas quanto a do trabalho assalariado na Europa devem ser compreendidas em sua relação com o todo — o processo global de acumulação e as lutas contra esta acumulação — e não simplesmente em termos de suas próprias histórias "internas".

54 Ver Marx, *Capital*, II, p. 113.

55 As lutas do trabalho escravo e do trabalho assalariado livre, ainda que marcadas por importantes diferenças formais e distinções qualitativas, são permeadas de um conteúdo comum e têm como base comum sua relação com o capital. A esse respeito, a revolução do Haiti é de importância fundamental, não apenas como um ponto de inflexão na história das rebeliões escravas, mas também, como demonstrou C.L.R. James, devido a seu impacto no desenvolvimento da revolução francesa. (Ver: *Black Jacobins*; Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution, New York, 1963.) É necessário mencionar também o estudo realizado por W.E.B. DuBois do modo como as lutas escravas contribuíram tanto para transformar o caráter social da Guerra de Secessão americana, quanto para apressar o fim desta. (*Black Reconstruction in America*, Cleveland, 1962.) A exposição por estes dois pensadores do papel dos escravos africanos e seus descendentes nos processos que levaram aos mais avançados resultados da civilização moderna ainda é bem pouco apreciada. As lutas de escravos e trabalhadores assalariados são autônomas, frequentemente antagônicas, mas inter-relacionadas; ao mesmo tempo que condições, significados e possibilidades de luta estão contidos nas formas de organização do trabalho social na economia mundial. Marx sugere que há uma tal relação entre as diferentes lutas e sua circulação, por exemplo em: *Capital*, I, p. 414.